



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

MAIO /2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

MAIO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	26
ARRECADAÇÃO DO ISS	27
SÉRIES HISTÓRICAS	35

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de maio e ao período de janeiro a maio de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 12/06/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 05/06/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de maio e ao período de janeiro a maio de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 19 de junho de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de maio de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.238,3 milhões em valores correntes. No confronto com maio de 2016, aponta-se decréscimo nominal de 1,5%, que corresponde a uma queda real de 4,7%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de maio discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 12/06/2017

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	mai/17	mai/16	maio/2016 pelo INPC/IBGE (c)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em maio/17
	(a)	(b)		(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	599.062	623.600	644.481	-24.537	-3,9%	-45.419	-7,0%	48,4%
ISS	124.371	122.287	126.382	+2.084	+1,7%	-2.011	-1,6%	10,0%
SIMPLES	28.874	27.575	28.498	+1.299	+4,7%	+375	+1,3%	2,3%
IRRF	238.296	230.305	238.017	+7.991	+3,5%	+279	+0,1%	19,2%
IPVA	116.779	131.821	136.235	-15.042	-11,4%	-19.456	-14,3%	9,4%
IPTU/TLP	34.733	22.541	23.296	+12.192	+54,1%	+11.437	+49,1%	2,8%
ITBI	29.352	26.032	26.904	+3.320	+12,8%	+2.448	+9,1%	2,4%
ITCD	10.763	7.236	7.478	+3.527	+48,7%	+3.285	+43,9%	0,9%
Outras Taxas	11.159	11.900	12.298	-740	-6,2%	-1.139	-9,3%	0,9%
Receita Tributária Total (A)	1.193.389	1.203.297	1.243.590	-9.908	-0,8%	-50.201	-4,0%	96,4%
Dívida Ativa	27.379	33.372	34.489	-5.993	-18,0%	-7.110	-20,6%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	8.781	10.677	11.035	-1.896	-17,8%	-2.254	-20,4%	0,7%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	8.792	9.354	9.667	-562	-6,0%	-876	-9,1%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	44.952	53.403	55.192	-8.452	-15,8%	-10.240	-18,6%	3,6%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.238.341	1.256.700	1.298.782	-18.359	-1,5%	-60.441	-4,7%	100,0%

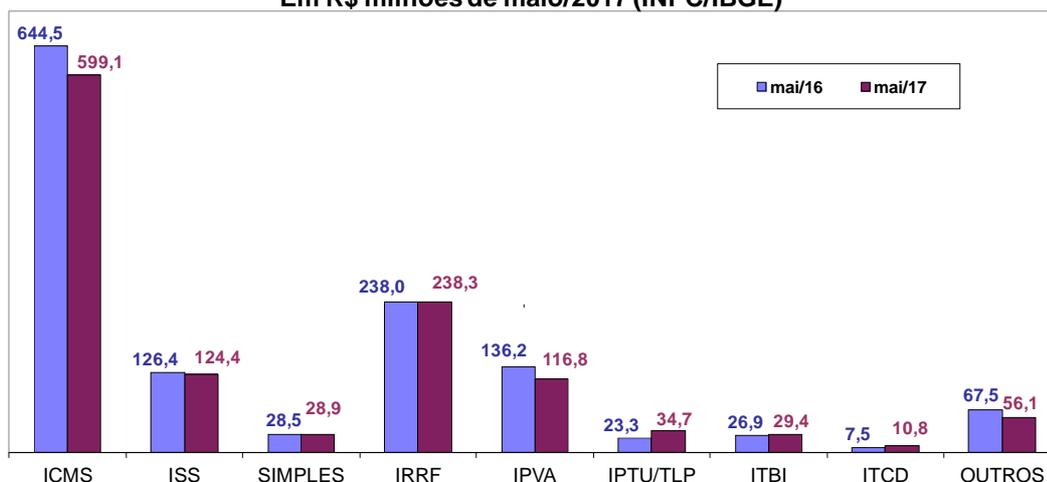
Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em maio de 2017 frente a maio de 2016, verificou-se que o **ICMS**, tributo com maior representatividade, decresceu 7,0% (-R\$ 45,4 milhões). Já o IPVA, devido à alteração no calendário de recolhimento em 2017, apresentou decréscimo na ordem de 14,3% (-R\$ 19,5 milhões).

Por outro lado, foram verificados acréscimos de 49,1% no IPTU/TLP (+R\$ 11,4 milhões) e 43,9% no ITCD (+R\$ 3,3 milhões).

Se a receita do IRRF fosse excluída da comparação, o total das receitas de origem tributária apresentaria decréscimo nominal de 2,6% e queda real de 5,7% em maio de 2017.

Arrecadação em maio/2017 contra maio/2016
Em R\$ milhões de maio/2017 (INPC/IBGE)



No resultado acumulado no período de janeiro a maio de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 6.130,2 milhões em valores correntes, o que representa aumento nominal de 2,7%, correspondente a um decréscimo real de 1,6% em relação ao mesmo período de 2016. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
Dados SIGGO em 12/06/2017

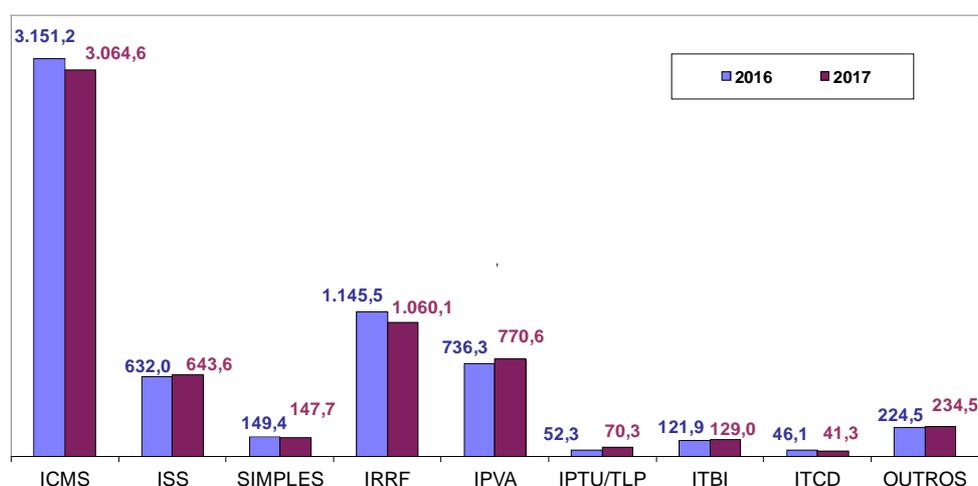
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	3.048.760	3.003.012	3.064.638	3.151.203	+45.748	+1,5%	-86.565	-2,7%	49,7%
ISS	640.158	602.177	643.574	632.026	+37.981	+6,3%	+11.548	+1,8%	10,4%
SIMPLES	146.938	142.227	147.720	149.363	+4.711	+3,3%	-1.643	-1,1%	2,4%
IRRF	1.055.109	1.093.277	1.060.104	1.145.511	-38.169	-3,5%	-85.408	-7,5%	17,2%
IPVA	766.345	703.443	770.574	736.338	+62.902	+8,9%	+34.236	+4,6%	12,5%
IPTU/TLP	70.005	49.987	70.279	52.323	+20.018	+40,0%	+17.956	+34,3%	1,1%
ITBI	128.341	116.374	128.964	121.916	+11.967	+10,3%	+7.048	+5,8%	2,1%
ITCD	41.151	43.866	41.341	46.150	-2.715	-6,2%	-4.809	-10,4%	0,7%
Outras Taxas	34.007	34.588	34.158	36.191	-581	-1,7%	-2.033	-5,6%	0,6%
Receita Tributária Total (A)	5.930.815	5.788.952	5.961.352	6.071.021	+141.863	+2,5%	-109.670	-1,8%	96,7%
Dívida Ativa	121.910	112.636	122.469	117.924	+9.274	+8,2%	+4.545	+3,9%	2,0%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	38.007	33.570	38.180	35.132	+4.437	+13,2%	+3.048	+8,7%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	39.448	33.587	39.648	35.211	+5.860	+17,4%	+4.437	+12,6%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	199.365	179.794	200.297	188.267	+19.571	+10,9%	+12.030	+6,4%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	6.130.179	5.968.745	6.161.649	6.259.288	+161.434	+2,7%	-97.640	-1,6%	100,0%

Fonte:SIGGO.

Na comparação acumulada no período de janeiro a maio de 2017 com correspondente período de 2016, observam-se acréscimos reais de 4,6% do IPVA (+R\$ 34,2 milhões), de 34,3% do IPTU/TLP (+R\$ 18,0 milhões), de 1,8% do ISS (+R\$ 11,5 milhões) e de 5,8% do ITBI (R\$ 7,0 milhões). Por outro lado, foram registradas expressivas quedas reais de arrecadação de 7,5% do IRRF (-R\$ 85,4 milhões) e de 2,7% do ICMS (- R\$ 86,6 milhões).

Arrecadação em 2017 contra 2016
Em R\$ milhões de maio/2017 (INPC/IBGE)



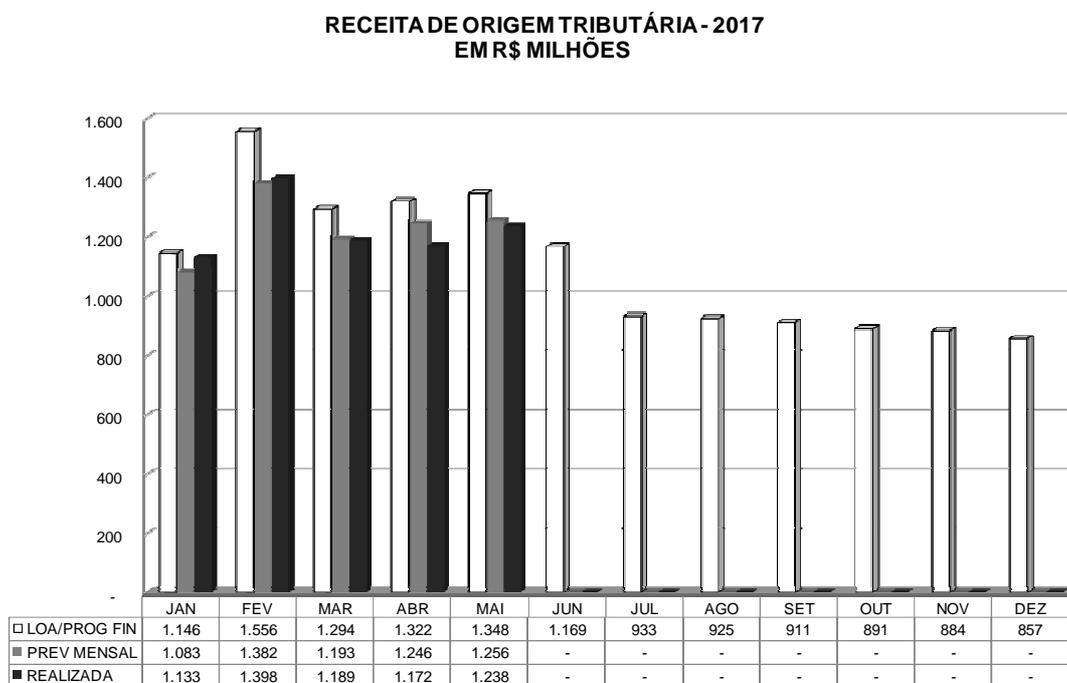
Excluindo a receita do IRRF, o total das receitas de origem tributária apresentaria acréscimo nominal de 4,1% e decréscimo real de 0,2% no período de janeiro a maio de 2017.

O Índice FipeZap, desenvolvido em conjunto pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e pelo portal ZAP, que acompanha o preço médio do m² de apartamentos prontos em 20 cidades brasileiras com base em anúncios publicados na internet, registrou queda de 0,16% entre abril e maio de 2017. Trata-se do maior recuo mensal da série histórica desde o início dos registros, em 2012. Considerando os últimos 12 meses, o Índice FipeZap registra alta de 0,46%, frente à inflação acumulada de 3,75% para o período. Individualmente, 13 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal nos preços de venda entre abril e maio. Nesse período, 8 das 20 localidades

pesquisadas apresentaram queda nominal nos preços de venda, entre elas o Distrito Federal (-1,43%).

No entanto, a arrecadação do ITBI no DF continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 5,8% (+R\$ 7,1 milhões) no acumulado do período de janeiro a maio de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em maio de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 18,1 milhões, o que corresponde a um desvio negativo de 1,4% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de maio, houve frustração de R\$ 109,3 milhões. Foram discriminados os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os negativos mais relevantes foram o ICMS, IPVA e o IRRF, correspondentes a R\$ 77,9

milhões, R\$ 19,1 milhões e R\$ 15,6 milhões, respectivamente, conforme quadro abaixo.

<i>VALORES EM R\$ MIL</i>					
RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - MAIO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	640.951	676.989	599.062	(41.889)	(77.926)
ISS	140.802	129.800	124.371	(16.431)	(5.429)
SIMPLES	32.311	34.097	28.874	(3.438)	(5.224)
IRRF	253.930	253.930	238.296	(15.634)	(15.634)
IPVA	75.535	135.913	116.779	41.244	(19.134)
IPTU/TLP	23.461	27.829	34.733	11.272	6.905
ITBI	30.738	34.814	29.352	(1.386)	(5.461)
ITCD	7.912	7.349	10.763	2.851	3.413
OUTRAS TAXAS	11.583	11.471	11.159	(424)	(311)
RECEITA TRIB TOTAL	1.217.224	1.312.192	1.193.389	(23.835)	(118.803)
DÍVIDA ATIVA	24.028	24.332	27.379	3.351	3.046
M/J DÍVIDA ATIVA	7.648	5.978	8.781	1.133	2.803
M/J TRIBUTOS	7.525	5.095	8.792	1.267	3.697
TOTAL OUTRAS REC	39.200	35.406	44.952	5.751	9.546
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.256.425	1.347.597	1.238.341	(18.084)	(109.257)

No acumulado do período de janeiro a maio de 2017, houve desvio negativo de realização frente à previsão mensal, de R\$ 29,9 milhões, explicado em larga medida pelos desvios negativos ocorridos com o IRRF (-R\$ 100,7 milhões) e com o ICMS (-R\$ 62,2 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o IPVA (+R\$ 126,2 milhões) e o IPTU/TLP (+R\$ 18,3 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no período de janeiro a maio de 2017 na LOA/Programação Financeira em relação à receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 535,1 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 328,4 milhões), no IRRF (-R\$ 100,7 milhões) e no IPVA (-R\$ 81,7 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,43% utilizado na previsão mensal de maio de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado. Quanto ao IPVA, a mudança de calendário de pagamento do imposto em 2017 explica o desvio obtido.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A MAIO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	3.110.951	3.377.136	3.048.760	(62.191)	(328.377)
ISS	648.619	649.236	640.158	(8.461)	(9.078)
SIMPLES	161.592	167.685	146.938	(14.654)	(20.747)
IRRF	1.155.816	1.155.816	1.055.109	(100.707)	(100.707)
IPVA	640.139	848.037	766.345	126.207	(81.691)
IPTU/TLP	51.718	58.099	70.005	18.288	11.906
ITBI	146.625	146.099	128.341	(18.284)	(17.758)
ITCD	37.058	43.581	41.151	4.093	(2.430)
OUTRAS TAXAS	35.037	35.251	34.007	(1.029)	(1.244)
RECEITA TRIB TOTAL	5.987.553	6.480.940	5.930.815	(56.738)	(550.125)
DÍVIDA ATIVA	113.983	121.662	121.910	7.927	248
M/J DÍVIDA ATIVA	28.215	37.270	38.007	9.792	737
M/J TRIBUTOS	30.349	25.430	39.448	9.099	14.018
TOTAL OUTRAS REC	172.548	184.362	199.365	26.817	15.002
TOTAL DA ARRECAÇÃO	6.160.100	6.665.302	6.130.179	(29.921)	(535.123)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados como relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	abr/16	mar/17	abr/17	2017	12 meses	Projeção 2017
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,61%	0,25%	0,20%	1,16%	4,14%	3,71%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,43%	-0,02%	0,24%	1,45%	4,40%	nd
SELIC - Meta (2)	Em % a.a.	BACEN	14,25%	12,25%	11,25%	3,84%	13,47%	8,50%
PIB BRASIL (1)	taxa trimestral %/ ano ant	BACEN	nd	nd	1,00%	nd	nd	0,41%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,07%	nd	0,28%	1,45%	0,55%	nd
Taxa de desemprego no DF	Em %	CODEPLAN	17,5%	20,7%	20,5%	nd	nd	nd
Índice FipeZap Ampliado (preço venda imóvel resid.)	variação %	FIPE	0,07%	-0,04%	-0,01%	-0,08%	0,46%	nd
Índice FipeZap DF (preço venda imóvel residencial)	variação %	FIPE	0,19%	0,10%	0,11%	-0,40%	-1,43%	nd
Preço médio imóvel residencial anunciado DF	R\$/m²	FIPE	8.574	8.436	8.435	nd	nd	nd
Venda combustíveis DF	bep	ANP	1.205.977	1.282.622	1.153.480	4.662.181	14.570.822	nd
Produção industrial Brasil (1)	var % mês/mês ant	IBGE/BACEN	0,20%	-1,30%	0,60%	-0,80%	-0,12%	0,94%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-0,90%	-1,60%	2,30%	0,30%	-0,40%	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado -DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-7,10%	-1,80%	0,40%	-2,90%	-5,10%	nd
Índice Antecedente de Vendas (IAV-IDV)	var % mês/mês ano ant.	IDV	-10,90%	-1,60%	0,60%	nd	nd	nd
Consumo de energia elétrica (região CO)	MWh	EPE	3.055.538	2.900.883	2.972.016	11.518.041	34.508.782	nd
Veículos novos vendidos Brasil	unidades	Fenabreve	162.846	189.124	156.933	628.914	2.035.035	nd
Veículos novos vendidos DF	unidades	Sincodiv	5.016	6.098	4.471	20.538	nd	nd

Notas: (1) Projeção para 2017 em 09/06/2017.

(2) Projeção para 2017 em 09/06/2017. Fator acumulado para o realizado em 2017 e nos últimos 12 meses.

PIB

Em 1º de junho o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a economia brasileira cresceu no primeiro trimestre 1% em relação aos três meses anteriores, feito o ajuste sazonal, registrando a primeira alta em dois anos. Embora o avanço do PIB seja uma boa notícia, a abertura dos dados mostra um quadro menos animador, com o bom desempenho muito concentrado na agropecuária, que teve um salto de 13,4% sobre o trimestre anterior.

Pelo lado da demanda, o setor externo também ajudou, tendo a balança comercial registrado superávit de US\$ 14,4 bilhões no primeiro trimestre. Enquanto as exportações brasileiras cresceram 24,4% nos três primeiros meses deste ano na comparação com o mesmo período de 2016, as importações aumentaram 12%. A demanda interna desapontou mais uma vez, tendo em vista que muitas empresas e famílias ainda têm dívidas elevadas. A taxa de investimento da economia, medida pela Formação Bruta de Capital Fixo, isto é, a compra de máquinas e equipamentos e os gastos com construção, caiu 1,6% sobre o trimestre anterior, um desempenho bem pior que a média esperada (-0,3%). Foi o 13º resultado negativo em 14 trimestres. Já o consumo das famílias recuou 0,1% e o consumo do governo, 0,6%.

Em 4 de junho, o Banco Mundial divulgou que reduziu para 0,3% a previsão de alta do PIB brasileiro em 2017, 0,2 ponto percentual menor que a previsão de janeiro.

Quando se verifica que em relatório semestral divulgado um ano atrás (em 12/6/16) o Banco Mundial previu uma retração de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para 2016, quase igual à retração oficial divulgada pelo IBGE (de -3,6% em relação ao ano anterior), deve-se olhar com atenção para aquela estimativa.

Para fins de comparação, em 12/4/16 o Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou sua estimativa para a contração da economia brasileira em 2016 de 3,5% (divulgada em janeiro) para 3,8%, enquanto no Boletim Focus do Banco Central de 10/06/2016 a previsão mediana foi de -3,60%, exatamente a mesma taxa divulgada pelo IBGE.

De acordo com as projeções divulgadas no Boletim Focus do Banco Central em 12/06/2017, a previsão de crescimento da economia para 2017 foi reduzida de 0,5% para 0,41%. Ainda que seja uma expansão tímida, diante de dois anos seguidos de fortes retrações do PIB (-3,6% em 2016 e -3,8% em 2015) é um crescimento que deve ser comemorado.

IPCA

Segundo o IBGE, o IPCA em nível nacional apresentou aumento de 0,31% em maio. Com isso a variação acumulada no ano está em 1,42% e, nos últimos doze meses, em 3,60%. A mediana das projeções do IPCA para 2017 divulgada pelo Relatório Focus do Banco Central, divulgado em 12 de junho, caiu de 3,90% para 3,71%, tendo recuado também a expectativa para o índice de 2018 (de 4,40% para 4,37%).

Em Brasília, o índice de maio registrou elevação de 0,24% em maio, acumulando alta de 1,45% neste ano e de 4,40% em 12 meses. No mês passado a maior variação ocorreu no grupo de Saúde e Cuidados Pessoais (1,25%), seguido do grupo Habitação (0,99%).

SELIC

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu em 31/5/2017 a taxa Selic em 1 ponto percentual, de 11,25% ao ano para 10,25% ao ano. Com essa redução, a sexta seguida, a Selic chega ao menor nível desde janeiro de 2014, quando estava em 10% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015.

Embora na ata dessa reunião o Copom tenha sinalizado que pode reduzir, de maneira "moderada", o ritmo do corte na taxa básica de juros da economia, a Selic, a partir da sua próxima reunião, que acontecerá em julho, a mediana das estimativas da taxa Selic dos economistas consultados pelo Banco Central permaneceu pela nona semana seguida em 8,5% ao ano no fim de 2017, ou seja, em apenas um dígito, algo que não acontece desde o final de 2013.

DESEMPREGO

No Brasil, a taxa de desemprego de abril ficou em 13,6% e atingiu um contingente de 14 milhões de pessoas, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE divulgada em 31/05. Apesar de ser a primeira queda mensal do indicador desde novembro de 2014, o desemprego se mantém acima do patamar registrado em abril do ano passado, quando a taxa ficou em 11,2%. Além disso, a taxa de 13,6% é a maior para trimestres terminados em abril desde 2012, quando foi de 7,8%.

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, CODEPLAN e DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, mostram que a taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade, ao passar de 20,7% em março para 20,5% em abril, permanecendo estável, em 336 mil pessoas, o número total de desempregados. Comparando os meses de abril de 2016 e 2017, entretanto, o desemprego cresceu 3 pontos percentuais, passando de 17,5% para 20,5% da população. Foram 67 mil pessoas a mais sem emprego no DF neste ano.

ARRECAÇÃO DO ICMS

No mês de maio de 2017, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 599,1 milhões em valores correntes. No comparativo com maio de 2016, houve decréscimo nominal de 3,9%, e uma queda real de 7,0%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado de janeiro a maio de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 3.048,8 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 1,5%, mas decréscimo real de 2,7%, em relação ao mesmo período de 2016.

Em maio de 2017, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 157.066 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Houve acréscimo de 1.627 contribuintes em relação a abril de 2017, que corresponde a um aumento de 1,05%. Do total de inscritos, 87,0% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.355 e 89.857 contribuintes, respectivamente.

MAIO DE 2017		AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA									
NOME DO REGIME DO ICMS	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	11	6	3		1	1		30
2) Regime Normal de Apuração	636	3.933	1.456	1.879	1.465	545	2.468	708	3.829	189	17.108
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	5	212	5	114	1	2	49	1	46		435
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		5		20
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.180	15.506	13.363		13.298	5.437	8.054	5.615	21.424	1.980	89.857
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.106	11.261	4.604	29	4.612	1.921	5.850	2.308	12.034	630	45.355
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				931							931
10) Telecomunicações-Centralizada				63							63
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	8	13	9	3.189	5		2		5		3.231
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			1		1		4
TOTAL	7.936	30.929	19.442	6.262	19.387	7.908	16.425	8.633	37.345	2.799	157.066
PARTICIPAÇÃO	5,05%	19,69%	12,38%	3,99%	12,34%	5,03%	10,46%	5,50%	23,78%	1,78%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	1,06%	0,99%	1,07%	0,37%	1,11%	1,29%	1,04%	1,07%	1,15%	0,50%	1,05%

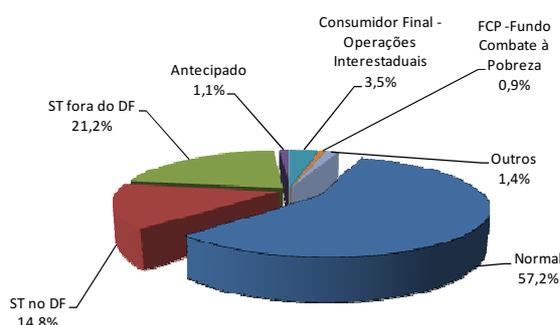
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/05/2017.

Em maio de 2017, observa-se que houve aumento para os principais regimes de tributação, com destaque para o aumento de 879 contribuintes nas modalidades SIMEI e de 707 contribuintes no Regime Simples Nacional.

Essas mudanças no quadro cadastral contemplaram todas as regiões administrativas, contudo as maiores expansões relativas ocorreram nas agências de Planaltina, Taguatinga e Gama.

Analisando a composição do ICMS por situação de recolhimento em maio de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,2% seguido da Substituição Tributária fora do DF, com 21,2%, representando quase 80% da receita total do imposto.

**ICMS por Situação de Recolhimento
maio de 2017**



Delineando o decréscimo real de R\$ 45,4 milhões na receita total do ICMS em maio de 2017 na comparação com maio de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, depreende-se que a queda real de R\$ 63,4 milhões registrada no ICMS Normal influenciou o desempenho negativo do imposto para o mês, ao suplantando os acréscimos nas substituições tributárias internas e externas, que juntas perfizeram aumento real de R\$ 17,4 milhões. Ademais, registrou-se aumento nas operações interestaduais de comércio eletrônico destinadas a consumidor final (+R\$ 6,9 milhões), ao passo que apresentaram quedas as operações oriundas do ICMS Antecipado (-R\$ 3,8 milhões) e Importação (-R\$ 699 mil), esse último integrante do grupo Outros.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (maio/17)
	mai/17	jan -maio/17	mai/16	jan -maio/16		
Normal	342.941	1.807.084	406.387	1.960.865	-15,6%	57,2%
ST no DF	88.696	415.216	77.943	379.150	13,8%	14,8%
ST fora do DF	127.276	648.437	120.583	606.340	5,6%	21,2%
Antecipado	6.728	35.827	10.566	75.522	-36,3%	1,1%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	20.678	91.024	13.804	53.091	49,8%	3,5%
FCP ²	4.180	23.826	5.022	24.524	-16,8%	0,7%
Outros ³	8.565	43.223	10.176	51.711	-15,8%	1,4%
Total da Arrecadação	599.062	3.064.638	644.481	3.151.203	-7,0%	100,0%

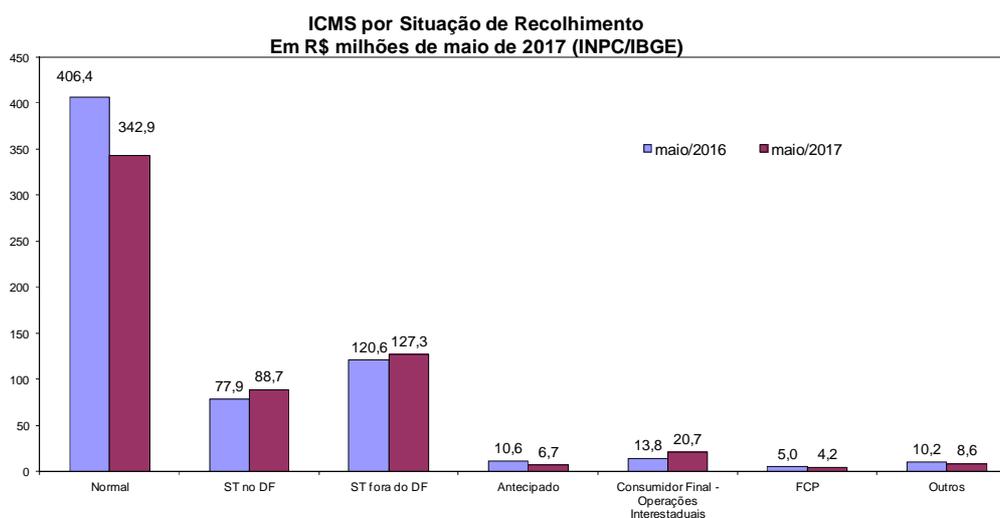
Fonte: SIGGO (10/05/2017) e QlikView (05/05/2017) - FCP e Consumidor Final - Opreções Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

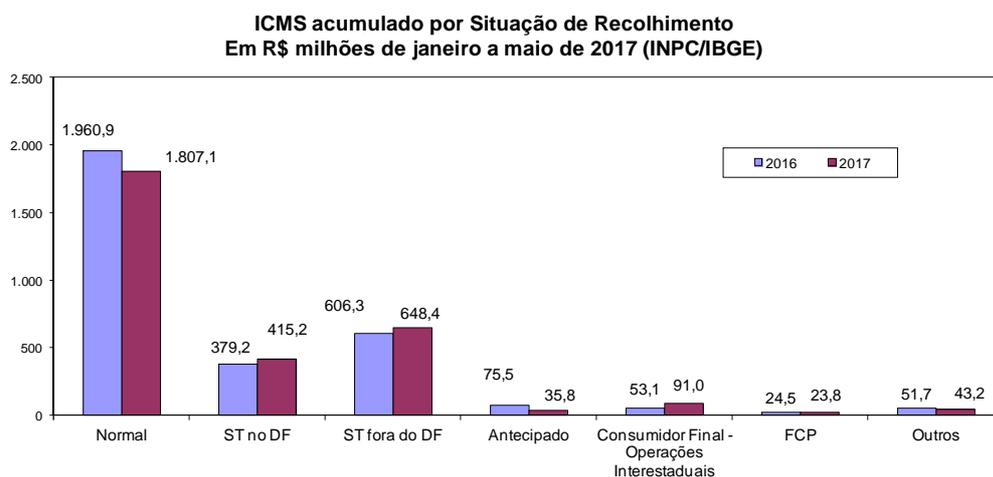
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de maio de 2017 com igual mês em 2016.



Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real ampliou-se para R\$ 86,6 milhões na receita total do ICMS, na comparação com

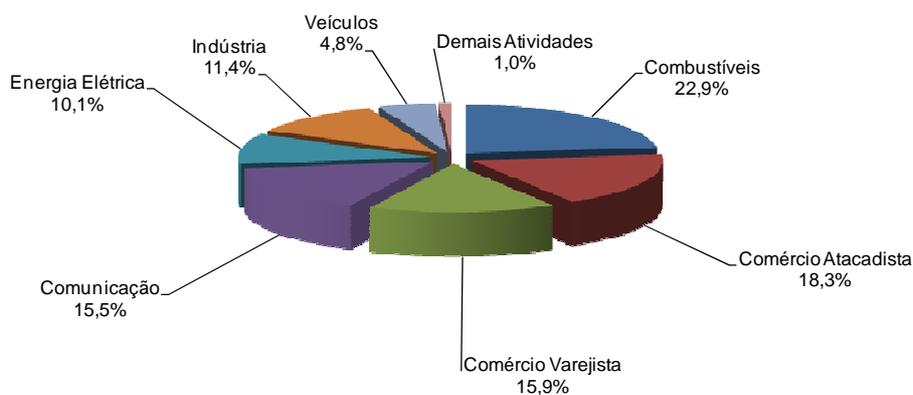
correspondente período de 2016. Alinhado com o comportamento apresentado na apuração mensal, constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 153,8 milhões) e Antecipado (-R\$ 39,7 milhões), ao passo que contabilizaram expansões as modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 42,1 milhões), Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 37,9 milhões) e Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 36,1 milhões). O baixo desempenho aferido no ICMS está atrelado ao recorrente cenário econômico de contração da atividade econômica, com alta taxa de desemprego e restrição de crédito ao consumidor.

A figura abaixo ilustra a comparação acumulada de janeiro a maio de 2017 frente igual período de 2016.



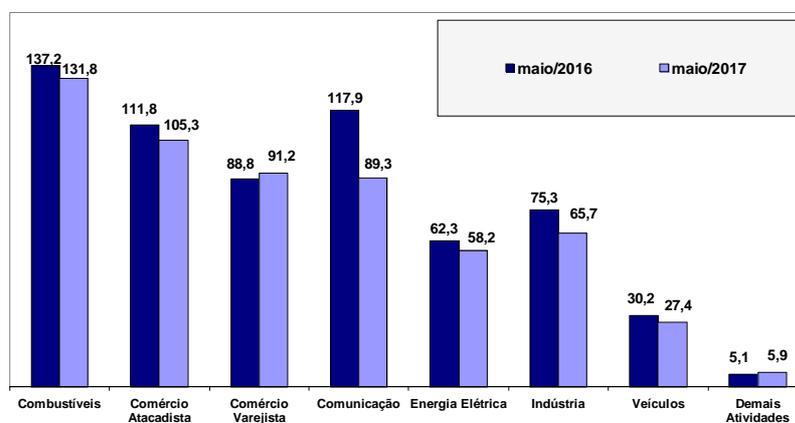
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em maio de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com 22,9%, seguido pelos Comércios Atacadista e Varejista com 18,3% e 15,9% e, por fim, Comunicação com 15,5%.

ICMS por Atividade Econômica maio de 2017



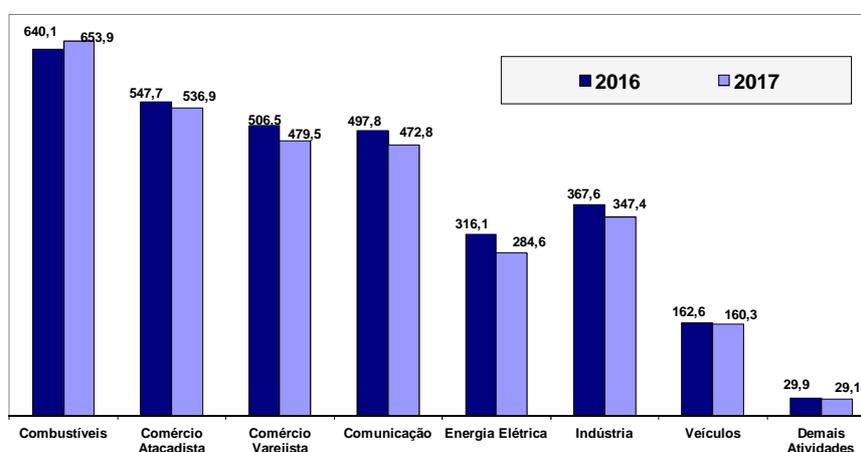
Na avaliação do desempenho real da receita de maio de 2017 frente a correspondente mês de 2016 constata-se que houve decréscimos reais de receita nas principais atividades econômicas sujeitas ao ICMS, excetuando a elevação de R\$ 2,4 milhões apurada no Comércio Varejista. Dentre as principais quedas, destacam-se as registradas em Comunicação (-R\$ 28,6 milhões), na Indústria (-R\$ 9,6 milhões) e no Comércio Atacadista (-R\$ 6,6 milhões), conforme ilustrado na figura abaixo.

ICMS por Atividade Econômica Em R\$ milhões de maio/2017 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado de janeiro a maio de 2017 em relação a igual período de 2016, destaca-se positivamente apenas o segmento Combustíveis (+R\$ 13,8 milhões). Por outro lado, houve grandes decréscimos em Energia Elétrica (-R\$ 31,6 milhões), no Comércio Varejista (-R\$ 26,9 milhões) e Comunicação (-R\$ 24,9 milhões). A figura subsequente ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a abr)
Em R\$ milhões de maio/2017 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para o mês de maio de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados até maio de 2017 e de 2016; suas variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em maio de 2017.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (maio/2017)
	mai/17		jan-maio/17		mai/17	jan-maio/17	
	mai/17	jan-maio/17	mai/16	jan-maio/16	mai/16	jan-maio/16	
Combustíveis	131.823	653.862	137.176	640.058	-3,9%	2,2%	22,9%
Comércio Atacadista	105.262	536.935	111.844	547.745	-5,9%	-2,0%	18,3%
Comércio Varejista	91.192	479.534	88.838	506.455	2,6%	-5,3%	15,9%
Comunicação	89.264	472.816	117.949	497.760	-24,3%	-5,0%	15,5%
Energia Elétrica	58.197	284.565	62.309	316.121	-6,6%	-10,0%	10,1%
Indústria	65.735	347.381	75.328	367.572	-12,7%	-5,5%	11,4%
Veículos	27.399	160.349	30.241	162.592	-9,4%	-1,4%	4,8%
Demais Atividades	5.851	29.111	5.053	29.880	15,8%	-2,6%	1,0%
TOTAL	574.722	2.964.552	628.739	3.068.183	-8,6%	-3,4%	100,0%

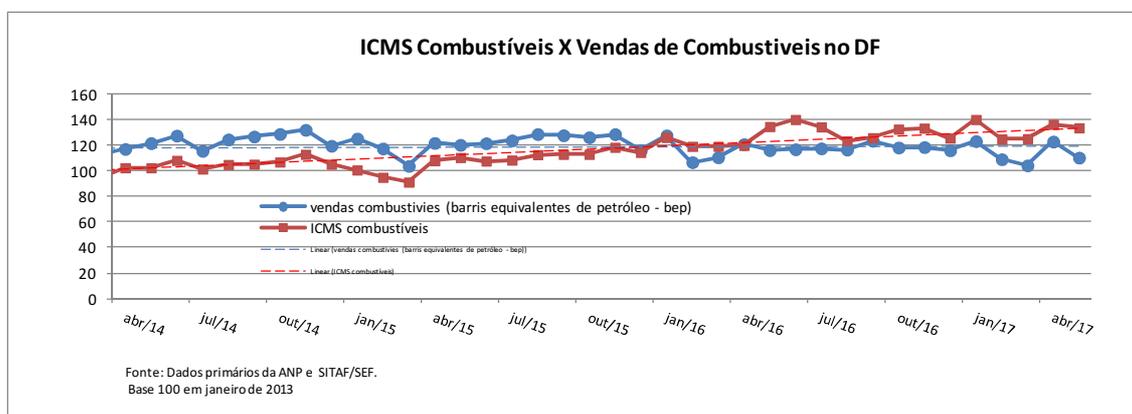
Fonte: SITAF.
Notas: 1. Valores sem incentivado.
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

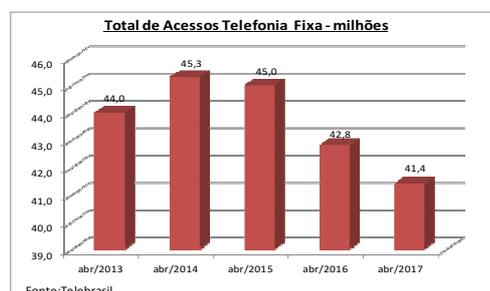
Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. A partir da figura exposta abaixo, observa-se que, como tendência, a arrecadação do ICMS tem crescido acima das vendas de combustíveis. Esse fato deve-se ao incremento de alíquota de combustíveis promovido em 2016.

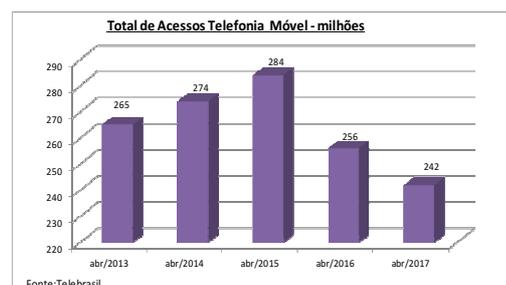
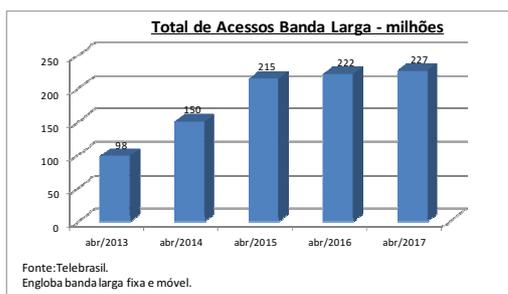


No Distrito Federal, apesar do resultado de queda de 3,9% da arrecadação do ICMS do setor para o mês de maio de 2017, no desempenho acumulado de 2017 registra-se expansão de 2,2%.

COMUNICAÇÕES

De acordo com os gráficos abaixo, elaborados a partir de dados da Telebrasil, o setor de comunicações no Brasil apresenta desempenho de serviços em franca retração. Observa-se uma queda acentuada de acessos à telefonia fixa e móvel, apesar da ampliação de serviços de banda larga.

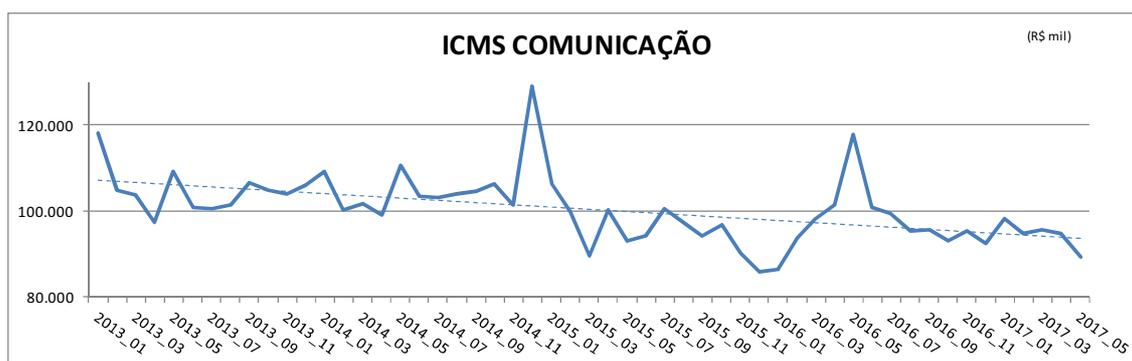




Os serviços de telefonia fixa receberam em abril de 2017, 41,4 mil novos acessos o que corresponde à retração de 3,2% quando comparado a abril de 2016. Já a modalidade móvel caiu de 256 mil para 242 mil acessos, queda de 5,5%. No que tange a banda larga houve incremento de 2,2% dos acessos.

No Distrito Federal, como reflexo da situação do setor descrita acima, o ICMS Comunicações apresentou queda de 24,3% na comparação de maio de 2017 com maio de 2016. Quanto à comparação acumulada de 2017 frente a 2016, houve decréscimo de 5,0% do ICMS arrecadado pelo setor.

Conforme indica a ilustração abaixo, a arrecadação do setor vem apresentando tendência declinante, aparentando estabilizar a partir de março de 2015.



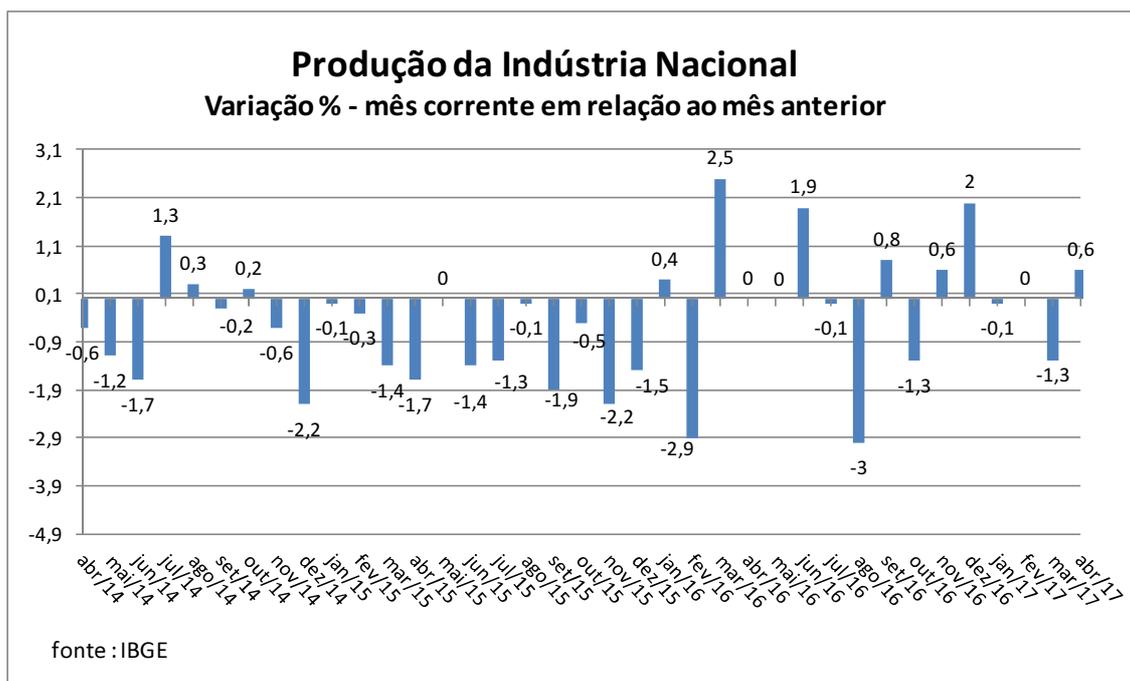
INDÚSTRIA

A produção da indústria brasileira cresceu 0,6% em abril, depois de recuo de 1,3% no mês anterior (dado revisado), feitos os ajustes sazonais, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Foi o melhor resultado para abril na comparação mensal desde 2013, quando houve expansão de 0,9%. De janeiro a abril a indústria teve queda de 0,7%. Nos 12 meses encerrados em abril, houve baixa de 3,6%, menor que o decréscimo de 3,8% nos 12 meses imediatamente anteriores, caracterizando um cenário com baixo dinamismo.

Na comparação com abril de 2016, a produção industrial caiu 4,5%, após avançar 1,4% em março (dado revisado), queda mais intensa desde outubro de 2016 (-7,5%).

As quatro atividades que puxaram o crescimento da produção da indústria em abril tiveram forte queda no mês anterior. Após cair 23,4% em março, a produção de itens farmacêuticos avançou 19,8% em abril. Veículos automotores, reboques e carrocerias subiram 3,4%, alta insuficiente para recuperar totalmente a perda registrada em março (6,9%). Derivados do petróleo e biocombustíveis tiveram aumento de 2%, após recuarem 3,4%, e máquinas e equipamentos tiveram alta de 4,9%, após caírem 3,3%.

Na avaliação do IBGE, muito embora tenha apresentado variação positiva no relatório de abril, ainda é muito prematuro afirmar que a partir de agora vivenciaremos um período de recuperação industrial, acrescentando que o setor está no patamar equivalente a janeiro de 2009.



No DF, houve decréscimo na arrecadação do ICMS do segmento Indústria de 12,7% no mês de maio na comparação com o mesmo mês em 2016. Em relação à arrecadação acumulada em 2017 na comparação com o mesmo período do ano passado, verifica-se queda de 5,5%.

Diferentemente do ocorrido no âmbito nacional, o ICMS da indústria de alimentos apresentou ganhos reais de receita, tanto no mês de maio de 2017, com aumento de 10,9%, quanto no acumulado do ano de 2017, com acréscimo de 15,4%, sempre comparando com iguais períodos em 2016. As maiores perdas reais estão atreladas ao ramo de cimento, bem como de medicamentos, com retrações no acumulado de 2017 de 41,5% e 39,9%, respectivamente.

VEÍCULOS

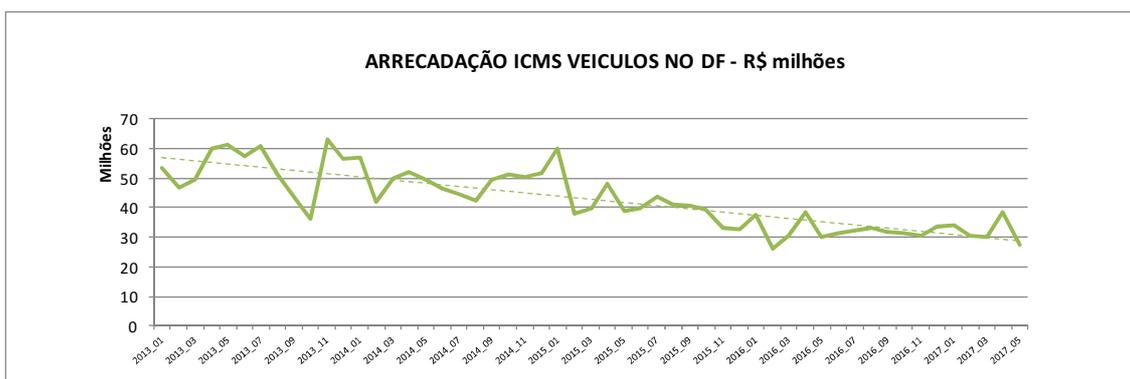
A venda de veículos novos caiu 3,6% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2016, segundo dados divulgados pela Fenabrave, a associação das concessionárias. Em abril de 2017 foram vendidos 156.933 automóveis, comerciais leves (furgões e picapes), caminhões e ônibus, contra 162.846 em abril de 2016. Na comparação com março, quando foram emplacados 189.124 exemplares, houve queda de 17%.

De janeiro a abril, as vendas de carros (612,2 mil unidades), apesar de serem apenas 1,67% inferiores ao volume do mesmo período de 2016, foram as menores para os quatro primeiros meses de um ano desde 2006, quando foram vendidas 548,7 mil unidades.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), em abril foram comercializadas 4.471 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) ante 6.098 em março, uma redução de 26,68%. A queda das vendas no DF no mês de abril foi bem mais acentuada do que a observada no cenário nacional, que teve uma redução de 17,02% no geral. Os números utilizados pelo Sincodiv são baseados nos emplacamentos registrados pelo Detran-DF.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no DF, foi verificado decréscimo de 9,4% em maio de 2017 comparado com o mesmo mês de 2016, alinhado com a queda de 3,6% para as vendas de veículos em abril de 2017 no País. Na comparação dos cinco primeiros meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, também houve perda real de 1,4%.

Conforme indica a ilustração abaixo, a arrecadação do setor vem apresentando tendência declinante ao longo do tempo, aparentando estabilizar a partir de janeiro de 2016.



COMÉRCIO VAREJISTA

No dia 13/06/2017, o IBGE divulgou que as vendas do comércio varejista brasileiro avançaram 1,0% em abril frente ao mês anterior, já descontados os efeitos sazonais. Foi o melhor resultado para o mês desde 2006, quando o índice avançou 1,1%. Em abril de 2008, o indicador também subiu 1%. O dado de março foi revisado de queda de 1,9% para recuo de 1,2%. Também houve alteração o resultado de fevereiro, de queda de 1,6% para baixa de 0,4%. Em janeiro, de alta nas vendas varejistas de 6% para 5,5% após nova revisão.

Segundo o IBGE, o crescimento de 1% nas vendas do comércio varejista do país reflete, segundo o IBGE, alta em três das oito atividades pesquisadas, com destaque, principalmente, do setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Esses setores, ao apresentarem aumento de 0,9% nas vendas, exerceram a principal influência no setor. Em fevereiro e março, eles registraram queda acumulada de 6%.

Também com crescimento importante para o desempenho geral do setor, as atividades de tecidos, vestuário e calçados cresceram 3,5% e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação avançaram 10,2%.

Na outra ponta, as pressões negativas de abril para março surgiram dos segmentos de livros, jornais, revistas e papelaria: queda de 4,1%; móveis e eletrodomésticos (-2,8%); combustíveis e lubrificantes (-0,8%); e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,4%). Já as vendas do setor de outros artigos de uso pessoal e doméstico, com ligeira alta de 0,1%, ficaram praticamente estáveis.

De acordo com o IBGE a redução da inflação, que vem devolvendo o poder de comprar do trabalhador mesmo em um cenário de desemprego, e a liberação de parte do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contribuíram para que as vendas no comércio varejista do país subissem 1% de março para abril deste ano, fazendo com que o indicador registrasse o melhor abril dos últimos nove anos – desde o 1,1% de abril de 2006. Embora o resultado seja importante, não chega a eliminar as perdas acumuladas nos

dois últimos meses em que as vendas no varejo foram negativas, acumulando retração de 1,6%. O IBGE ainda salienta que as vendas do comércio encontram-se num patamar cerca de 10% abaixo do pico histórico de novembro de 2014.

Ademais o crescimento de 1% de abril foi influenciado, principalmente, pelas vendas do setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que apresentaram crescimento de 0,9% após 6% de queda acumulada nos dois meses anteriores e, também, pelas atividades de tecidos, vestuário e calçados (3,5%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (10,2%).

O setor de hipermercados, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo tem um peso importante no consumo das famílias e, por isso, a alta de 0,9 por cento sobre março foi importante para o resultado global do comércio.

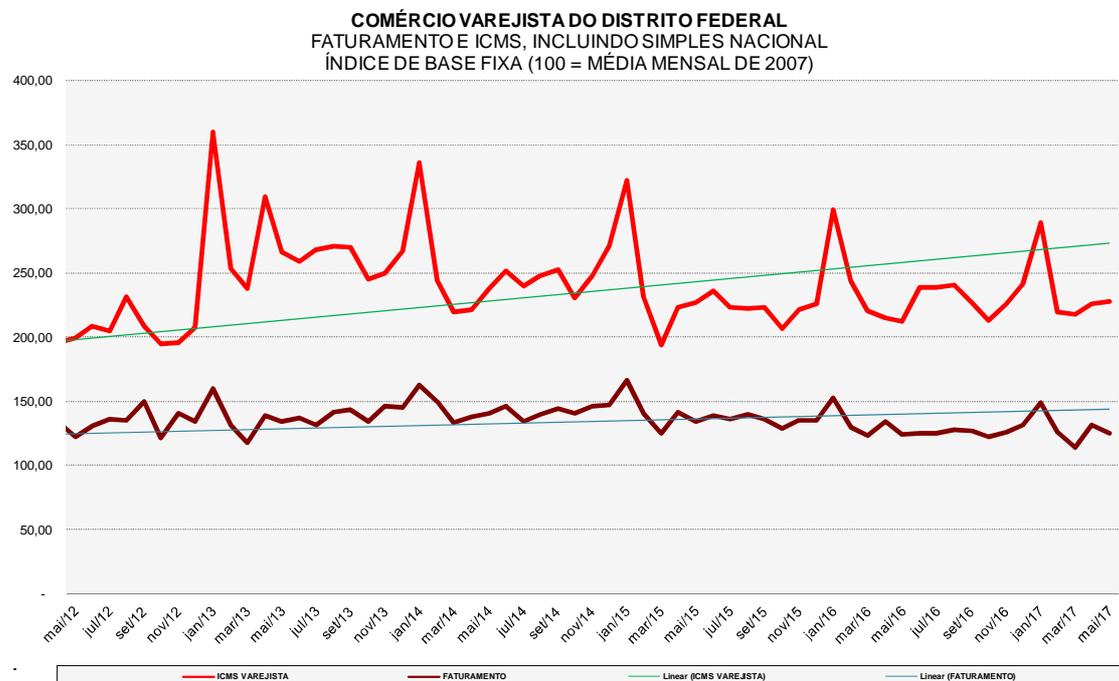
Frente a abril de 2016, o varejo cresceu 1,9%, interrompendo o período de 24 meses de quedas seguidas nesse tipo de comparativo. No acumulado do ano, o setor apresentou queda de 1,6%. Nos 12 meses encerrados em abril, houve decréscimo de 4,6%.

O IAV-IDV, Índice Antecedente de Vendas do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo, avançou 0,6% em abril quando comparado a março (já descontada a inflação). O crescimento no mês teve a influência do efeito calendário, uma vez que neste ano a Páscoa foi comemorada no mês de abril, aumentando assim a base de vendas no período de 2017 em relação a 2016, anulando o fato de abril de 2017 ter dois dias úteis a menos do que igual mês do ano anterior devido aos feriados (18 contra 20).

Corroborando com o desempenho mensal do comércio varejista em âmbito nacional, a arrecadação do ICMS do setor no DF apresentou aumento de 2,6% no mês de maio de 2017 em relação a maio de 2016, porém no que tange ao resultado acumulado de 2017, houve decréscimo de 5,3% na comparação com os cinco primeiros meses de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS mostrou leve divergência em maio com relação às vendas de abril. Na

ampliação da análise depreende-se que nos últimos doze meses a receita do varejo apresentam relativa estabilidade ao passo que a receita nominal de vendas reporta suave declínio.



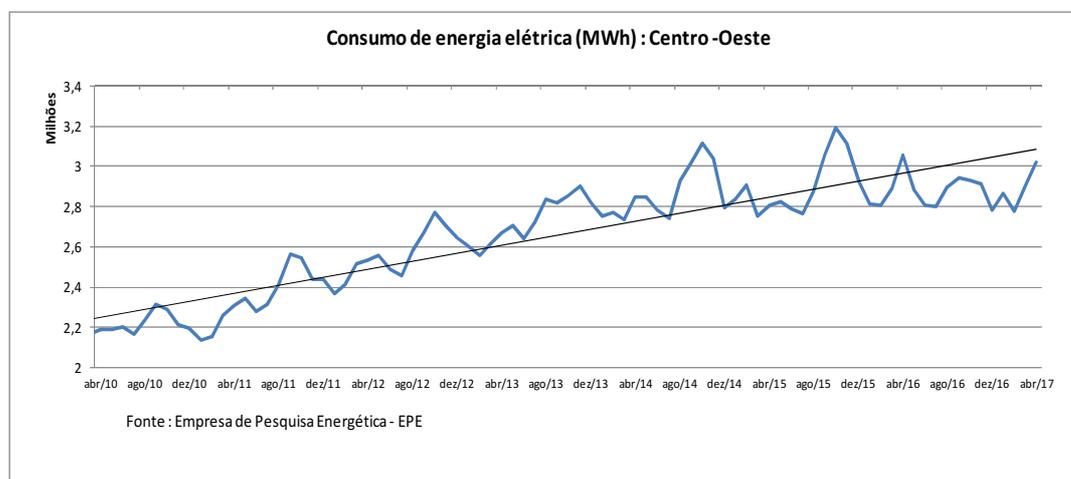
ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.167 GWh em abril, representado decréscimo de 2,3% em relação ao mesmo mês de 2016. Todas as regiões do País assinalaram retração na demanda de eletricidade em abril, sendo os maiores recuos observados no Sudeste (-3,4%), Nordeste (-1,5%) e Centro-Oeste (-3,1%). Enquanto o mercado cativo das distribuidoras apresentou redução de 10,2% em abril e de 4,8% em 12 meses, o consumo livre aumentou 21,8% no mês e 15,6% em 12 meses, de acordo com informações da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ao detalhar o desempenho por setor a EPE informou que o único a registrar crescimento do consumo foi o industrial (+0,7%), tendo sido registradas quedas nas classes Residencial (-4,9%), Comercial (-4,6%) e Outras Classes (-1,0%), que compreende rural, serviço público e iluminação pública.

Dos 10 setores da indústria que mais demandaram energia elétrica em abril, oito exibiram desempenho positivo, sendo os maiores avanços observados nos ramos de borracha e material plástico (+5,3%), papel e celulose (+3,8%) e automotivo (+2,0%). Na visão regional da indústria, entretanto, enquanto Sul (+4,4%), Norte (+1,5%) e Sudeste (+0,2%) registraram aumento no consumo de energia elétrica no mês, a região Centro-Oeste registrou queda de -4,6%.

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica de maio/2017 divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cabe registrar que o Distrito Federal é mencionado duas vezes, ambas com queda: de -23,8% para a atividade de fabricação de concreto, estruturas pré-moldadas de concreto e britamento, e de -7,3% no consumo residencial.

Conforme o relato anterior, a arrecadação de ICMS Energia Elétrica no DF, contabilizou em maio de 2016 redução real de receita de 6,6%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quanto à arrecadação acumulada de 2017 frente a 2016, também houve queda na arrecadação de 10,0%.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS em nível nacional apresentou queda real de 0,04% no 1º quadrimestre de 2017 comparado com o mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 3,42%,

ocupando a 5ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas. Na Região Centro-Oeste, o DF apresentou a segunda melhor posição, conforme tabela a seguir.

ICMS 1º Quadrimestre/2017 (em R\$ milhões de abril/2017- INPC/IBGE)

UF	2016	2017	Variação (em %)
PR Paraná	9.222,97	10.752,02	16,58%
MT Mato Grosso	3.252,54	3.443,89	5,88%
PB Paraíba	1.644,57	1.722,23	4,72%
SE Sergipe	1.021,10	1.068,71	4,66%
DF Distrito Federal	2.468,16	2.552,45	3,42%
MG Minas Gerais	13.938,97	14.342,52	2,90%
BA Bahia	6.590,91	6.772,25	2,75%
PE Pernambuco	4.472,45	4.589,86	2,63%
RS Rio Grande do Sul	10.539,11	10.725,79	1,77%
PI PiauÍ	1.189,15	1.205,38	1,36%
AL Alagoas	1.248,44	1.255,21	0,54%
AC Acre	348,06	349,78	0,50%
CE Ceará	3.510,84	3.517,26	0,18%
AM Amazonas	2.426,92	2.429,26	0,10%
RN Rio Grande do Norte	1.711,22	1.708,24	-0,17%
TO Tocantins	787,09	778,77	-1,06%
AP Amapá	242,42	239,15	-1,35%
SP São Paulo	43.274,47	42.487,79	-1,82%
GO Goiás	4.835,64	4.741,89	-1,94%
RR Roraima	241,11	234,99	-2,54%
MS Mato Grosso do Sul	2.849,44	2.729,48	-4,21%
MA Maranhão	1.994,12	1.908,99	-4,27%
SC Santa Catarina	6.114,48	5.814,94	-4,90%
PA Pará	3.492,36	3.264,89	-6,51%
ES Espírito Santo	3.180,12	2.948,91	-7,27%
RJ Rio de Janeiro	11.945,81	11.008,08	-7,85%
RO Rondônia	1.075,97	964,12	-10,40%
BR BRASIL	143.618,45	143.556,85	-0,04%

Fonte: COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em maio de 2017 totalizaram R\$ 29,3 milhões, que representa um acréscimo de 0,61% em

relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimo de 2,9% para o ICMS e queda de 2,3% para o ISS.

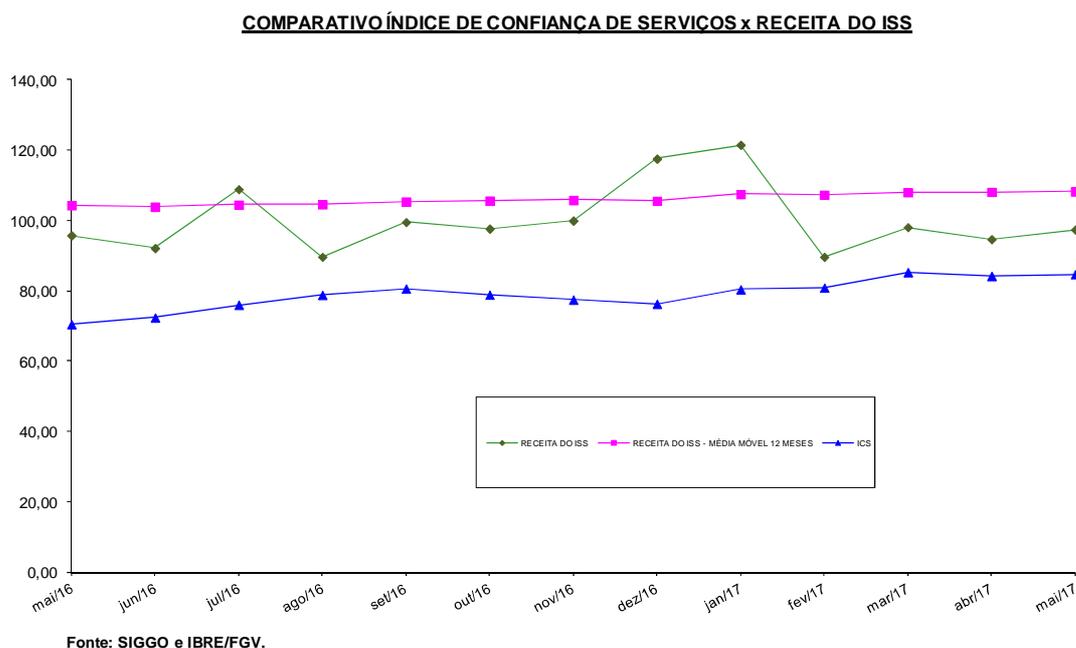
ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nºde Contribuintes	Valor (em R\$)	Nºde Contribuintes	
Novembro/2016	19.183.089,46	131.712	13.231.737,94	125.169	32.414.827,40
Dezembro/2016	17.464.326,47	129.604	12.920.402,50	123.976	30.384.728,97
Janeiro/2017	21.115.416,27	127.774	14.475.873,97	123.170	35.591.290,24
Fevereiro/2017	15.286.136,36	131.937	11.149.371,97	127.142	26.435.508,33
Março/2017	14.793.500,00	133.170	11.839.172,20	128.703	26.632.672,20
Abril/2016	16.237.489,67	133.626	12.883.705,09	129.533	29.121.194,76
Mai/2017	16.708.900,32	135.212	12.590.671,98	131.484	29.299.572,30

ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de maio de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS contabilizou o montante de R\$ 124,4 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 1,7% na arrecadação, correspondente a uma perda real de 1,6%.

No período de janeiro a maio de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 640,2 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 6,3% e ganho real de 1,8%. Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até maio de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Observa-se na ilustração acima que o Índice de Confiança de Serviços – ICS, após registrar queda no mês de abril, voltou a apresentar aumento no mês de maio, retornando a tendência de crescimento que vinha sendo observada desde janeiro de 2017. Tanto o Índice de Confiança de Serviços – ICS, quanto à receita do ISS apresentaram aumentos em maio com relação ao mês anterior, mantendo-se, contudo, em níveis inferiores aos verificados em março de 2017. Ressalte-se que a média móvel da receita do ISS mantém a tendência de aumento verificada desde janeiro de 2017.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de maio de 2017, o cadastro fiscal do DF possuía 162.409 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

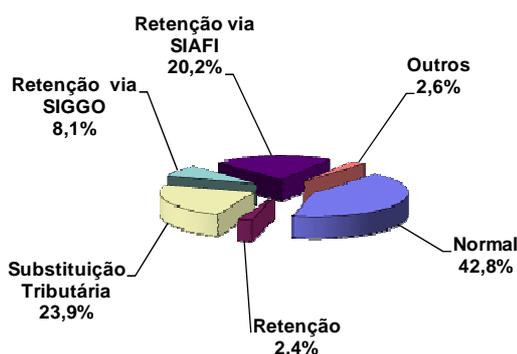
MAIO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	857	11.875	1.378	2.231	1.430	445	4.209	850	5.586	164	29.025
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.035	16.548	12.232		12.213	4.485	7.907	5.463	20.311	1.727	85.921
5) SIMPLES NACIONAL	2.108	14.866	3.544	32	3.523	1.261	6.104	2.057	11.620	448	45.563
6) Sociedades Uniprofissionais	2	790	6	7	3	1	62	5	72	1	949
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				56							56
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)				61						1	62
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF	4	9	2	760	4		1		2		782
TOTAL	8.006	44.092	17.162	3.194	17.173	6.192	18.283	8.375	37.591	2.341	162.409
PARTICIPAÇÃO	4,93%	27,15%	10,57%	1,97%	10,57%	3,81%	11,26%	5,16%	23,15%	1,44%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve acréscimos em quase todas as classes de contribuintes, com destaques para o SIMEI- Microempreendedor Individual e para o Simples Nacional, que apresentaram acréscimos de 1.237 e 714 novas inscrições respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,2% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,1% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 17,9% estão no Regime Normal de Apuração, 52,9% no SIMEI, e 28,1% no Simples Nacional, e apenas 1,1% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em maio de 2017, o ISS Normal respondeu por 42,8% dos ingressos do imposto, a Substituição Tributária por 23,9% e a Retenção via SIAFI por 20,2%.

**ISS por Situação de Recolhimento
maio de 2017**

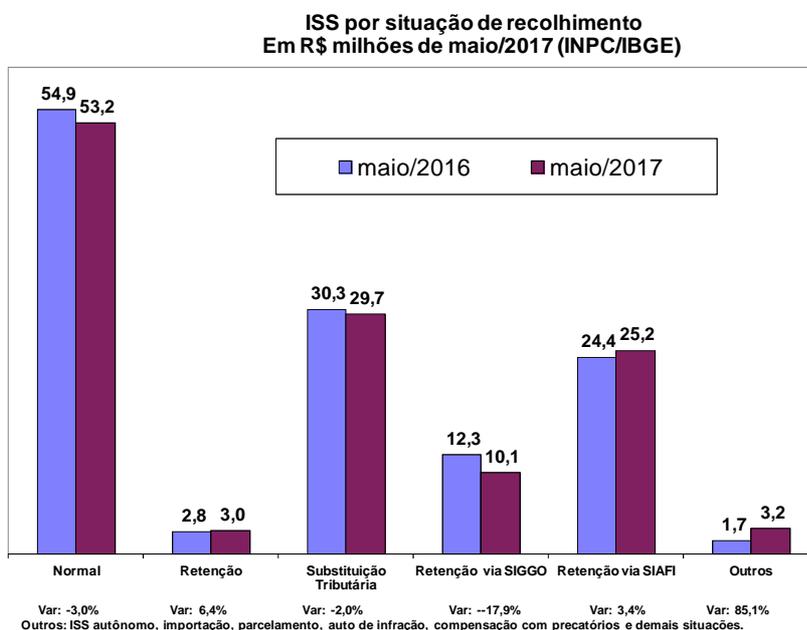


Verifica-se na tabela abaixo que no período de janeiro a maio de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, houve aumento real das modalidades de recolhimento Normal, Retenção, Retenção via SIAFI e Outros, os quais suplantaram as quedas verificadas na Substituição Tributária e na Retenção via SIGGO.

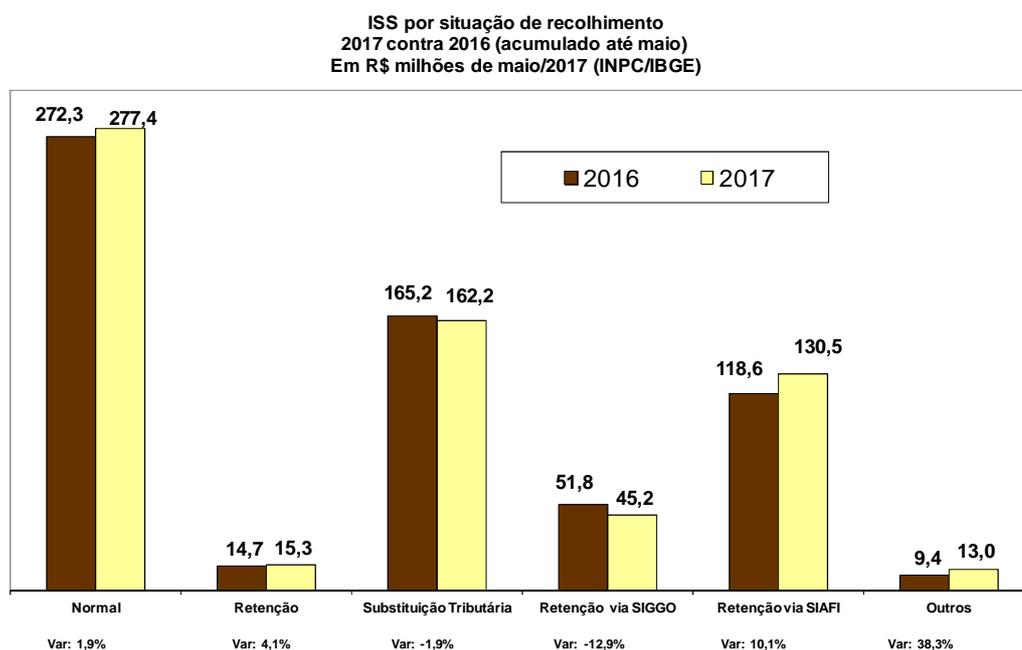
ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (mai-17)
	mai/16	jan-mai/16	mai/17	jan-mai/17	mai/17	jan-mai/17	
	mai/16	jan-mai/16	mai/17	jan-mai/17	mai/16	jan-mai/16	
Normal	54.858	272.260	53.186	277.430	-3,0%	1,9%	42,8%
Retenção	2.837	14.681	3.020	15.278	6,4%	4,1%	2,4%
Substituição Tributária	30.274	165.245	29.675	162.167	-2,0%	-1,9%	23,9%
Retenção via SIGGO	12.338	51.844	10.125	45.166	-17,9%	-12,9%	8,1%
Retenção via SIAFI	24.355	118.567	25.181	130.496	3,4%	10,1%	20,2%
Outros	1.720	9.429	3.183	13.039	85,1%	38,3%	2,6%
Total da Arrecadação	126.382	632.026	124.371	643.575	-1,6%	1,8%	100,00%

Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

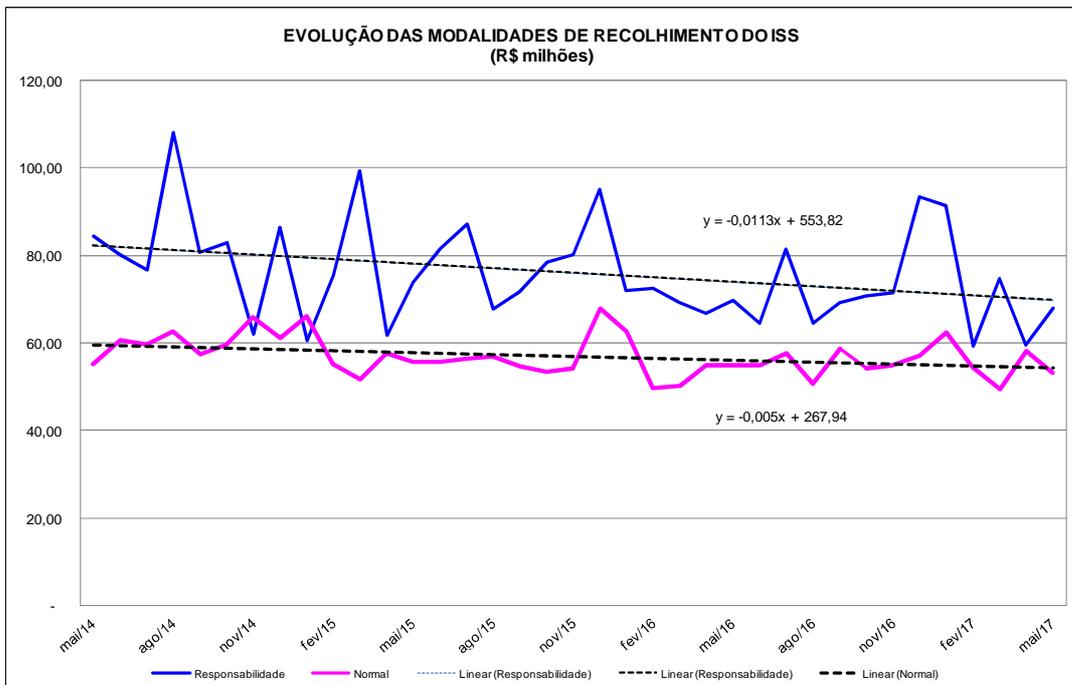
Com relação à retração real do ISS de R\$ 2,0 milhões em maio de 2017 em comparação com maio de 2016, verifica-se que esta se deveu principalmente às quedas observadas nas Retenções via SIGGO (-R\$ 2,2 milhões) e Normal (-R\$ 1,7 milhão). Ainda na comparação mensal, destaca-se o relevante aumento verificado na modalidade de importação (+R\$ 1,5 milhão), integrante do grupo Outros.



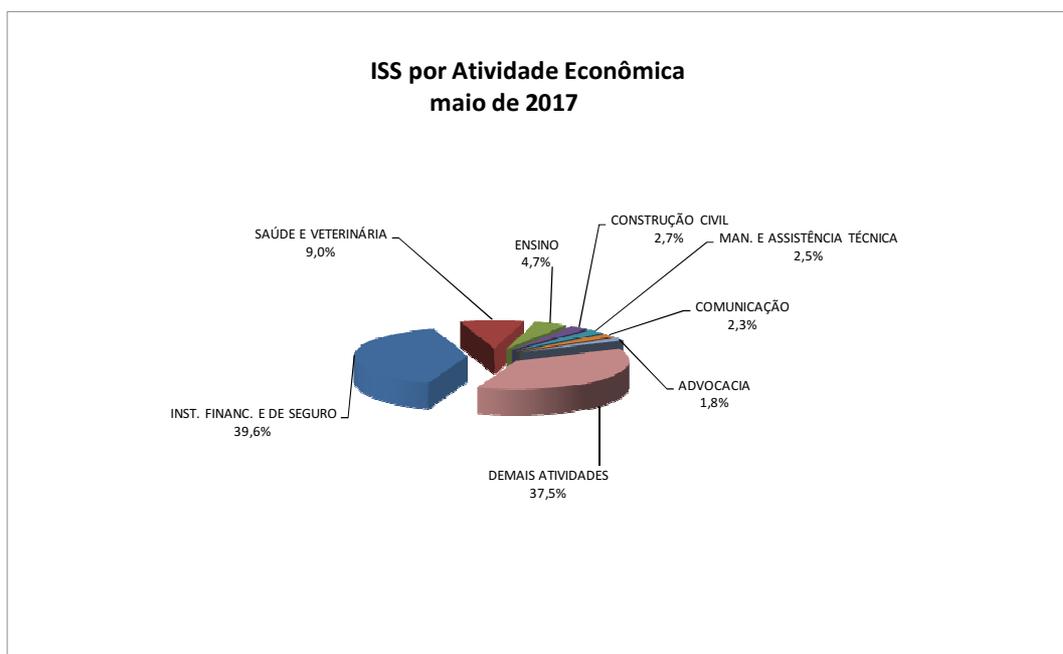
A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a maio de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior pelas principais formas de recolhimento. Depreende-se que houve acréscimo real de receita para a maioria das modalidades excetuando-se as involuções reais da Retenção via SIGGO (-R\$ 6,7 milhões) e da Substituição Tributária (-R\$ 3,1 milhões). Dentre os principais acréscimos, sobressaiu-se a Retenção Via SIAFI (+R\$ 11,9 milhões) e o ISS Normal (+R\$ 5,2 milhões).



O gráfico seguinte mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas retenções (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), a partir de maio de 2014. Observa-se que nos dados de maio, houve queda do recolhimento Normal e aumento das retenções. No entanto, como tendência, a modalidade Normal parece estar reagindo melhor, apresentando decréscimo menos pronunciado que as retenções.



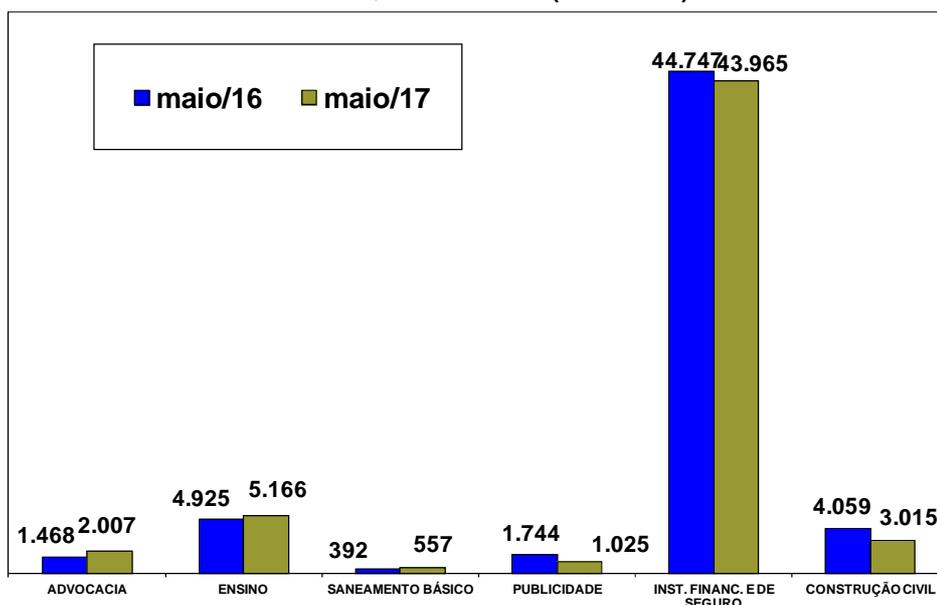
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em maio de 2017, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 39,6%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 9,0% e Ensino de 4,7%. Observa-se que, na análise por setor econômico, as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, não constam integralmente da base de dados e, portanto, foram incluídas em Outras Atividades.



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de maio de 2017 com o correspondente mês do ano anterior, verifica-se que os principais acréscimos se deram nas atividades de Advocacia (+R\$ 539,6 mil), Ensino (+R\$ 241,1 mil) e Saneamento Básico (+R\$ 164,3 mil). Por outro lado, os maiores decréscimos foram em Construção Civil (-R\$ 1.044,0 mil), Instituições Financeiras (-R\$ 782,0 mil) e Publicidade (-R\$ 718,6 mil).

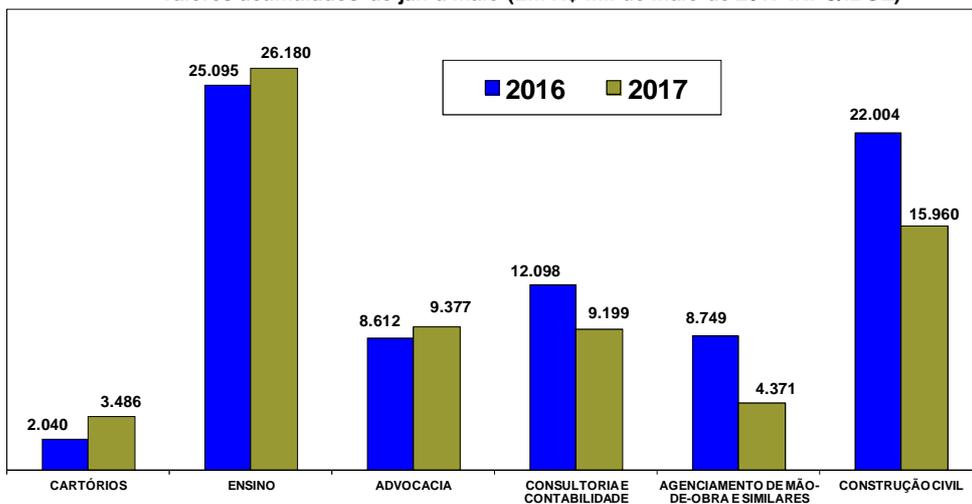
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil maio/2017 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2017 frente a 2016 com dados acumulados até maio, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cartórios (+R\$ 1.445,4 mil), Ensino (+R\$ 1.085,4 mil) e Advocacia (+R\$ 765,1 mil). Por sua vez, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de Construção Civil (-R\$ 6.043,4 mil), Agenciamento de Mão-de-Obra (-R\$ 4.377,6 mil) e Consultoria e Contabilidade (-R\$ 2.898,9 mil).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
***Valores acumulados de jan a maio (Em R\$ mil de maio de 2017-INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(05 maio 2017 – Séries Históricas.xls)